

COLUNA DO CASTELLO

MARCELO PONTES

Receita cresceu 33% reais no quadrimestre

Uma boa notícia: a receita tributária da União cresceu 33% em termos reais no primeiro quadrimestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 1992, segundo informação que o deputado José Serra (PSDB-SP) acabou de colher. Isso não só confirma que Serra tinha razão em dezembro do ano passado, quando combatia a criação do IPMF com o argumento de que a arrecadação de tributos iria crescer, como prova que o problema do governo não é a receita, mas sim o crescimento desordenado da despesa.

Como é um dos principais economistas ouvidos pelo ministro Fernando Henrique Cardoso e tem grande influência na nova equipe econômica — por ironia poucos dias depois de ter sido acusado pelo Palácio do Planalto de dizer “sandices” só porque pediu a nomeação de notáveis para o Ministério —, Serra agora pisa em ovos, preocupado com a interpretação de que as suas opiniões seriam as do ministro.

É excesso de pudor, mas também cautela para preservar o clima de tranquilidade surgido com a nomeação de Fernando Henrique. Não só Serra, mas os tucanos todos estão pisando em ovos, depois que o ministro declarou que apenas ele, e mais ninguém, fala de economia. Isso não impede que o deputado diga o que vem a ser consenso entre os economistas. Que além do descontrole das despesas, contribui para o buraco no caixa do governo o calote dos estados e municípios. Conta-se, e o informante aqui não é Serra, que São Paulo responde sozinho por 36% desse rombo, incluindo contas do setor elétrico, FGTS, Caixa Econômica Federal, BNDES e títulos emitidos.

Na análise de Serra, o aumento da receita se deve a uma conjunção de fatores, como o fim do efeito da Lei 8.200, com a cobrança do Imposto de Renda em bases correntes, e, é claro, a reativação da economia. Esta é uma das razões do otimismo mineiro, um otimismo um pouco desconfiado, que o presidente Itamar Franco transmitiu ontem, falando por telefone de Buenos Aires com o novo chanceler, José Aparecido de Oliveira, que ainda está em Lisboa.

Itamar disse estar muito esperançoso com a reação positiva da economia à mudança do ministro da Fazenda e repetiu uma imagem a que costuma recorrer para atacar os críticos — “Só os derrotistas, os pessimistas e os profetas do caos apresentam como inviável este país que tem um grande destino”.

Se o presidente não se meter em economia e deixar o ministro Fernando Henrique trabalhar com liberdade, o país desfrutará por mais tempo ainda desse ambiente de tranquilidade. Além dos indicadores a trazer esperança, percebe-se que a engrenagem começou a se ajustar exatamente por onde se previa que ocorressem atritos.

Considerou-se imprudente a decisão do presidente de confirmar Alexis Stepanenko no Ministério do Planejamento no mesmo dia em que nomeava Fernando Henrique para a Fazenda. O próprio Fernando Henrique chegou a dizer ao presidente que, por não ser economista, precisaria de um técnico de sua confiança no Planejamento. O presidente tranquilizou-o, dizendo que não haveria problemas.

Pois no primeiro momento em que se sentaram à mesa para negociar — no caso, o aumento do funcionalismo federal — Fernando Henrique e Stepanenko estiveram afinadíssimos. O ministro do Planejamento jogou permanentemente do lado do da Fazenda. Os contatos foram considerados tão bons que desarmaram até a banda dos tucanos, que desde a posse de Fernando Henrique, resmungando pelos cantos, reclamava da nomeação de Stepanenko sem que Fernando Henrique tivesse sido consultado.

E o que vai fazer a nova equipe econômica? Por enquanto, vai continuar baixando a bola. Sua grande tarefa, no momento, é segurar a especulação. Como cochicham os tucanos, há muito o que se fazer sem que seja preciso dar susto. Uma questão básica será reduzir e qualificar as despesas. Há um orçamento que é uma ficção. Só não o jogam no lixo porque foi aprovado pelo Congresso. Mas não se tenha dúvida de que o governo será obrigado a ignorar uma infinidade de obras incluídas no Orçamento por mero interesse eleitoreiro dos parlamentares, como pontes e estradas que ligam nada a coisa nenhuma.

É inevitável tocar o dedo na ferida das dívidas dos estados e municípios. Trata-se de uma questão vital para a saúde financeira da União. Além disso, ressurgirá a discussão sobre a necessidade de uma reforma tributária eficiente, durante a revisão da Constituição. Haverá quem proponha a antecipação dessa reforma tributária, mas o deputado José Serra, que entende como poucos do assunto, avisa logo que considera isso uma bobagem. Para ele, foram erros de Marcílio, Krause e Haddad defender mudança da Constituição para fazer ajuste de caixa. Serra acha que o capítulo tributário da Constituição precisa mais ser enxugado do que mexido. O que se tem que mexer é nas contribuições sociais, diz ele.

Outra medida que não dá susto na economia é a remontagem do aparelho de arrecadação da Receita Federal para combater a sonegação. O cardápio da administração regular e normal da economia é, portanto, variado. Não se sabe com precisão a medida da força que terá para baixar a inflação. O pior é que, como disse ontem de Lisboa o ex-presidente José Sarney, em momento de inspiração parnasiana, “o presidente Itamar não tem tempo de ser breve”. Se o tempo escapar, virá o susto.